

de-obra não qualificada, uma vez que começa a ser necessária certa especialização técnica dos empregados na produção (verifica-se que 50% dos empregados nas pequenas e médias empresas da Coreia e Tailândia não são especializados, o que deixa concluir que as necessidades de treinamento para essas indústrias começam também a se tornar bastante altas).⁴

As conclusões desses estudos, bem como dos vários trabalhos brasileiros, sobre as pequenas e médias empresas levam a crer que o papel das pequenas e médias empresas no Brasil têm um duplo sentido, conforme a sua inserção no sistema:

Em primeiro lugar, as pequenas e médias empresas podem promover o emprego e a diminuição da pobreza nas áreas menos desenvolvidas, uma vez que o seu estabelecimento poderá levar a população a se engajar no processo produtivo. Neste sentido, será necessário a realização de estudos aprofundados para o estabelecimento de políticas de longo prazo, de incentivo para a criação das pequenas e médias empresas em regiões específicas com os mais diversos objetivos. Trata-se de identificar quais as melhores formas de utilização dos recursos disponíveis para promover o desenvolvimento autônomo das áreas mais atrasadas e pobres do país.

Em segundo lugar, as pequenas e médias empresas manterão seu lugar de complementaridade e interdependência com a grande empresa, modificando-se de acordo com as tendências de concentração e acumulação de capital nos diversos setores. Neste sentido, deve se procurar detectar e diminuir os problemas das pequenas e médias empresas de modo que elas tenham oportunidades razoáveis para funcionar eficientemente de forma a chegar a poder competir efetivamente nos seus nichos econômicos.

O estudo da situação atual dessas pequenas e médias empresas e das suas dificuldades, limitações e possibilidades poderá levar à determinação de formas de incentivo, suporte e financiamento de unidades produtivas, que permitam elevar o nível de produtividade da indústria como um todo.

O papel das pequenas e médias empresas no desenvolvimento industrial, econômico e social do Brasil é patente quando consideramos todos esses fatores.

Trata-se de estabelecer uma política de apoio e incentivo coerente com os nossos objetivos e que resulte em programas de estímulo e suporte às pequenas e médias empresas. O estudo sistemático do assunto nos seus mais diversos ângulos servirá de apoio para a definição dos meios. □

Daniela Mohr

¹ Integrated Development Center, Soong Jun University, Seoul, Korea. International Research Project. In: *Korean small industry development*. Seoul, 1978. cap. 1, p. 1.

² Adipa — Association of Development Research and Training Institutes of Asia and the Pacific. *Development of small and medium manufacturing enterprises in Thailand*. Thailand, 1978; World Bank. *Employment and development of small enterprises — sector policy paper*. Washington D. C., World Bank, 1978; Sharma, S. V. S. *Small entrepreneurial development in some Asian countries — a comparative study*. New Delhi, Light and Life Publishers, 1979.

³ Tavares, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. cap. 3, parte 2, p. 194.

⁴ Ver as pesquisas seguintes: Integrated Development Center, Korea. *International research project in Korean small industry development*; e Adipa. *Development of small and medium manufacturing enterprises in Thailand*.

Banco Mundial. *Employment and development of small enterprises — sector policy paper*. Washington, Fev. 1978.

Esse estudo foi elaborado por membros do Departamento de Finanças e Desenvolvimento Industrial do Banco Mundial com a finalidade de propor uma nova ênfase à sua política de empréstimos para projetos implantados nos países subdesenvolvidos. Até a data do estudo, o Banco vinha privilegiando projetos capital-intensivos em detrimento daqueles que empregavam tecnologia mais trabalho-intensiva.

É sabido que nesses países há escassez de capital acompanhada por um crescimento da mão-de-obra muito superior ao que o mercado de trabalho pode absorver. A agricultura emprega uma parte dessa mão-de-obra. A integração do restante dela no mercado de trabalho é seriamente limitado pela implantação de projetos industriais que apresentam elevada relação capital/emprego. Os autores do estudo mostram que as pequenas empresas (PEs) são, dentro desse contexto, uma solução para o problema, na medida em que, por adotarem técnicas mais trabalho-intensivas, apresentam menor relação capital-trabalho. O objetivo do estudo do Banco Mundial é então propor que se incentive as PEs para, através da criação de empregos, corrigir distorções do subdesenvolvimento que exclui larga parcela da população da participação na renda nacional.

No capítulo 1, é analisada a tendência mostrada pelos países em desenvolvimento, de implantar projetos industriais que apresentam alto índice de capital por emprego. Como o capital disponível nesses países é pouco em relação à população, só uma parcela dela pode se beneficiar desses investimentos. No geral, a tecnologia capital-intensiva é usada mais por desconhecimento de alternativas, por "efeito-demonstração", por obrigação de compra vinculada à emprés-

timos externos, ou motivos de outra natureza, do que devido à sua adequação ao produto fabricado. Segundo os autores do estudo, é possível, em vários tipos de indústria, alterar a relação entre os fatores capital e trabalho, sem reduzir a eficiência econômica das mesmas.

O capítulo 2 trata das vantagens e desvantagens do desenvolvimento das pequenas empresas. Elas são definidas para fins desse estudo como aquelas que tenham seus ativos (terra excluída) aliados em até US\$250 mil (US\$ de 1976), e podem ser divididas em três categorias: as pequenas manufaturas relativamente modernas, as não manufaturas organizadas e as empresas não organizadas, ou seja, o chamado setor informal. A comparação entre as grandes firmas e as pequenas empresas resulta em que: a) as pequenas empresas são as que têm menor relação capital/trabalho (ou seja, geram maior número de empregos diretos por unidade de capital-investido); b) as pequenas empresas têm maior efeito na criação de empregos indiretos, pois tendem a comprar seus insumos no mercado local, ao passo que as grandes têm maior tendência a importá-los; c) as pequenas empresas tendem a obter maior produtividade do capital. Essas conclusões valem também para o setor de serviços que é ainda mais importante como fonte de emprego urbano. As outras vantagens das pequenas empresas são: a) a oportunidade dada ao surgimento de empresários; b) propiciar desenvolvimento técnico; c) geração de poupança (pois, segundo o estudo, os donos de pequenas empresas costumam poupar aquilo que ganham acima do necessário para suprir suas necessidades mínimas); d) representar segurança à comunidade, oferecendo empregos e reduzindo disparidades econômicas entre as regiões; e) no geral, seus sistemas de produção geram menores impactos negativos no meio ambiente. Entre os problemas das pequenas empresas, destaca-se o fato delas pagarem salários mais baixos aos seus empregados, ao mesmo tempo que são obrigadas a pagar mais caro pelo capital do que as grandes empresas.

Como são praticamente esquecidas pelo governo, as pequenas empresas podem, muitas vezes, trabalhar além das suas regulamentações, o que, por outro lado, significa trabalhar além de sua assistência. Há problemas das pequenas empresas que são específicos a cada uma das categorias, nas quais elas se subdividem. As pequenas manufaturas modernas adaptam sua produção a "brechas" do mercado. No geral, têm administração interna sólida e níveis de tecnologia e organização adaptados à clientela. Usam quase sempre capital próprio, pois costumam ter poupança elevada, mas em contrapartida tem pouco *know-how* e encontram dificuldade de acesso a facilidades creditícias. O setor informal, por sua vez, tem seu desenvolvimento limitado de outra forma. Têm organização precária de sua produção, mercadização, compras de insumos. Não têm domínio da técnica nem capital para se expandir, pois dependem quase sempre de intermediários e agiotas para obter recursos.

O capítulo 3 trata dos suportes institucionais existentes, que ensejam a atual política que privilegia a tecnologia capital-intensiva e também propõe outros canais alternativos que facilitem a correção dessa distorção. Em geral, as políticas públicas dos países em desenvolvimento dão preferencialmente crédito subsidiado a grandes empresas, fornecem a elas, com mais frequência, melhor infraestrutura urbana etc. Para alterar essa ordem, são sugeridas algumas medidas que beneficiam as pequenas empresas: determinar itens que só podem ser fornecidos por pequenas empresas a órgãos públicos e privados; incentivar a subcontratação das pequenas empresas pelas grandes empresas, criando uma complementaridade entre elas; criar distritos industriais ou outra forma de centralizar quer as pequenas empresas quer as instituições que lhes dão assistência; desenvolver mecanismos de incentivo à poupança e programas de treinamento para empresários. As políticas institucionais podem também privilegiar atividades não manufatureiras, que são potenciais criadoras de

grande número de empregos, tais como a construção civil. É importante para isso dispor de canais institucionais que sejam flexíveis e que tenham poder de penetração. Além dos canais tradicionais (como bancos de desenvolvimento) repassadores dos financiamentos do Banco Mundial, são necessários novos canais, envolvendo também universidades, centros de pesquisa etc. Outros intermediários podem ser os bancos comerciais, os de investimento ou cooperativas.

O capítulo 4 analisa de forma abreviada como deve ser a coordenação e a assistência técnica e financeira dada pelos repassadores dos financiamentos às pequenas empresas. Cada categoria de empresa tem um tipo de necessidade diferente, e assim a assistência tem também que ser diferenciada. O último capítulo avalia a ação do Banco Mundial até 1978, no que se refere ao financiamento às pequenas empresas. O volume aplicado nas pequenas empresas foi baixo em relação ao total de financiamentos do Banco. No futuro, porém, esperam dar maior ênfase a projetos que envolvam pequenas empresas, encorajando políticas trabalho-intensivas no nível macroeconômico e pressionando o governo desses países a desobstruir o caminho das pequenas empresas.

Os anexos ao estudo discutem e apresentam dados que comprovam as vantagens das pequenas empresas mencionadas no corpo do trabalho e trazem demonstrações numéricas do efeito da geração de empregos nos projetos de tamanhos diferentes.

O estudo do Banco Mundial foi baseado em sua experiência em vários países do Terceiro Mundo, nos quais não se incluiu o Brasil. A situação das pequenas empresas nesses países, contudo, é bastante semelhante à encontrada aqui. O livro vale, portanto, pelo empenho em demonstrar que as pequenas empresas podem dar significativo impulso à resolução do problema do desemprego e subemprego nos países em desenvolvimento. No entanto, as proposições do Banco Mundial para garantir a sobrevivência das pequenas empresas parecem não con-

siderar a lógica capitalista que rege as relações das empresas públicas ou privadas com seu meio ambiente, nem dar conta da força das determinações econômicas governamentais, que, muitas vezes, escondem interesses incompatíveis com essa política. □

Maria Luiza Melaragno

Pós-graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SUPERVISIONADO PELO MEC

RES. 14/77 C.F.E.

CONVÊNIO

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – ISEC
BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO – BVRJ
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CIAS ABERTAS – ABRASCA**

Coordenação: Prof. Hugo Rocha Braga

Duração: 360 horas/aula – Noturno

INSCRIÇÕES ABERTAS

INÍCIO: 22.2.83

- Dirigido a portadores de curso superior em Ciências Contábeis, ou em áreas afins que possam comprovar o exercício de atividade relacionada com a Contabilidade durante, no mínimo, 1 ano.

**Maiores informações: Secretaria do ISEC – Praia de Botafogo, 186
- 2º andar – Tel.: 551-0847 ou 551-1542 - Ramal 352.**